



SUMÁRIO DA INTERVENÇÃO DE AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS - PROFESSOR CATEDRÁTICO APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ISEG)

EXTRACTOS DO LIVRO "EM CONSTRUÇÃO", DE AUTORIA DE AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS , ED.SITIO DO LIVRO,OUTUBRO 2023

A. CAPITALISMO PORTUGUÊS NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL DE 1974

- A.1 QUEM DOMINAVA A ECONOMIA PORTUGUESA**
- A.2 O QUE DOMINAVAM**
- A.3 CAPITAL FINANCEIRO E CONCENTRAÇÃO**
- A.4 CAPITAL FINANCEIRO E ESPECULAÇÃO**

B. MODELOS DE POLITICA ECONÓMICA NO PÓS 25 DE ABRIL (1974-1977)

B1 CONSUMOS COLECTIVOS E CONTROLO DO PODER ECONÓMICO(" PROGRAMA DE POLITICA ECONÓMICA E SOCIAL"-PROGRAMA MELO ANTUNES-3º GOVERNO PROVISÓRIO)

- **Principios**
- **Objectivos de Política Económica**

- **Organização do Sistema Económico**
- **Prioridades Sectoriais**
- **Critérios e Orientação do Investimento**
- **Relações Económicas Externas**

O CAPITALISMO PORTUGUES NAS VESPERAS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Américo Ramos dos Santos

O ciclo político que enquadra a evolução do capitalismo em Portugal, durante quarenta e oito anos, poderá ser observado em quatro fases de relativa coerência interna:

- 1.^a A fase do ruralismo corporativista: 1926-28 a 1944-45;
- 2.^a A fase da tentativa de industrialização e de abertura ao exterior: 1945-46 a 1958-59;
- 3.^a A fase da contradição economia nacional/integração europeia: 1960 a 1967-68;
- 4.^a A fase da tecnocracia regeneradora: 1968-69 a Abril de 1974.

Com a subida de Marcelo Caetano ao poder, a burguesia industrial e a tecnocracia julgavam ter chegado o momento oportuno para a superação conveniente da questão colonial e, assim, iniciar um processo mais nítido de abertura ao exterior, e em particular à Europa. Por tal via, julgava-se ser possível vir a dispor, novamente, de condições negociadas de desarmamento pautal e de novos prazos para adaptar a estrutura industrial. Havia chegado o momento da «modernização». Daí a necessidade de um ensaio de liberalização, que em pouco haveria de diferir de outros já antes simulados. A nova corrente tecnocrática virá a ter um papel determinante, quer no aparelho político, quer nos grandes grupos monopolistas.

QUEM DOMINAVA A ECONOMIA PORTUGUESA

Em Abril de 1974, eram 44 as famílias que constituíam o braço forte do capitalismo português

Seria ilusório pensar que esta quase meia centena de famílias se encontrava em posição semelhante. Em boa verdade, o domínio efectivo da economia portuguesa era ainda bastante mais concentrado

Poder-se-á dizer que a grande burguesia tinha uma «**linha da frente**» que se concentrava em **três famílias** que controlavam os três principais grupos financeiros: Melos, Espírito Santo e Champalimaud

Seguia-se-lhe a **segunda linha** composta por **onze famílias**, integrando assim um núcleo-base de catorze famílias. Eram elas: Quina, Mendes de Almeida, Queirós Pereira, Figueiredo (Burnay), Feteiras, Bordalo, Vinhas, Albano de Magalhães, Domingos Barreiro, Pinto de Magalhães e Brandão de Miranda.

Numa terceira linha, um lote de **30 famílias** mais ou menos de poder semelhante. Famílias como as de Abecassis, Silveira Machado, Bulhosa, Sebastião Alves estão normalmente ligadas a actividades de rápida realização, reduzido risco como sejam a actividade imobiliária, projectos industriais de dimensão média mas de grande segurança e protecção. Nos anos «áureos» do marcelismo encontramos nesta última linha alguns dos principais especuladores da bolsa, onde irão obter meios financeiros vultosos.

Perguntar-se-á: e o capital estrangeiro?

Recordemos apenas que a penetração do capital estrangeiro e das multinacionais virá precisamente a ser significativa durante os seis anos de marcelismo em que foi feito largo apelo às multinacionais. São aproximadamente **270 no final de 1973**.

Nem todas, porém, vieram em condições e projectos semelhantes. **Cerca de 150** apontam, para o mercado interno, nomeadamente para projectos de substituição de importações. Num segundo grupo, encontramos **95 multinacionais** orientadas para actividades integradas num ciclo internacional de produção sem articulação significativa com a estrutura económica interna. Um **terceiro grupo (14)** veio para exercer actividades de importação e distribuição de produtos sujeitos ao seu controle. A concluir, uma **quarta fila (20)** implantou-se **na hotelaria e nos empreendimentos turísticos**. Durante o

marcelismo o volume de capitais estrangeiros entrado foi 2,5 vezes superior ao verificado no quinquénio anterior.

O capital estrangeiro não tinha assumido um papel dominante na economia portuguesa. O controlo estava essencialmente nas mãos de uma dúzia de famílias da grande burguesia, em que se suportava um capitalismo débil, uma economia sem futuro.

O QUE DOMINAVAM

Para o cidadão comum não era visível, no dia a dia, o peso económico da grande burguesia. Por vezes, havia mesmo quem pensasse que os Meios e o grupo CUF eram as fábricas do Barreiro, os Espírito Santo eram o banco do mesmo nome, o Champalimaud os cimentos ou a siderurgia.

Todavia, era quase total o domínio da economia portuguesa por um número altamente concentrado de famílias, que exerciam o seu poder através de grupos financeiros dotados de grande capacidade de controlo e intervenção na vida económica

Um dos eixos básicos do desenvolvimento de um país – os seus recursos minerais – estava nas mãos dos grandes grupos e de multinacionais.

<i>Minérios</i>	<i>Grau de Controlo</i>	<i>e/ou Multinacionais</i>
Pirites de Aljustrel	Total	CUF
Ferro-manganês do cercal	Total	Fonsecas & Burnay
Ferro de Moncorvo	Total	Champalimaud (50%), A. Thyseen -Hutte A. G. (50%)
Carvões de Douro	Total	Soc. Financeira das Minas
Volfrâmio	Total	Beral Tin

<i>Sectores Industriais</i>	<i>Grau de Controlo</i>	<i>Grandes Grupos Nacionais e/ou Multinacionais</i>
Fabricação de cerveja	Oligopólio	B. P. A., Esp. Santo, Comundo
Tabacos	Duopólio	CUF, Esp. Santo, Fonseca & Burnay
Indústria do Papel (pasta)	Total	CUF, Esp. Santo, BPA, BNU, Champalimaud, Burnay, Bill. Pulg. Mill (40% empresas dominadas por multinacionais)
Indústria Química (total)	65%	CUF, Sacor, E. Santo
Produtos Sódicos	50%	Solvay
Detergentes	50%	Lever
Resinas e Fibras sintéticas	Total	Mitsui, Hoechst, ICI ARZO, Mitsubishi—ligação a grupos nacionais
Tintas e Vernizes	75%	Hoechst, ICI, R—Robel, International Paints—ligação a grupos nacionais
Cimento	Total	Secil (1/3), o restante pelos grupos Champalimaud, BNU, E. Santo e B.P.A.
Siderurgia	Monopólio parcial	Champalimaud
Construção de máquinas	50%	CUF, Espírito Santo, Champalimaud
Montagem de veículos Automóveis	75%	Ford, G. Motors, Fiat, Citroen, BMC, Toyota
Construção e Reparação Naval	80%	CUF
Mat. Eléctrico e Electrónico	75%	ITT, Plessey, GIL, Philips, Siemens, Central Data, Signetics Texas, Grundig—articulações com CUF, Burnay, champalimaud.
Produção de gás	Total	Air Liquide

Passando à indústria transformadora, começaremos por dizer que o grau directo de controlo da **indústria ligeira**, quer a voltada para o mercado interno quer a orientada para o mercado externo era relativamente diminuto, se exceptuarmos o sector das confecções onde a penetração das multinacionais era e ainda é bastante significativa e sectores alimentares onde também os grupo haviam penetrado

<i>Sectores Industriais</i>	<i>Grau de Controle</i>	<i>Grandes Grupos Nacionais e/ou e/ou Multinacionais</i>
Óleos Alimentares Confecção de Vestuário	Monopólio parcial 50%	CUF 80 empresas dominadas por capital estrangeiro
Fabrico de vidro e Artigos de vidro	40%	B.P.A., S. C. Cervejas, S. Gobain-Monopólio no - vidro plano

Já o controlo dos sectores da indústria pesada e moderna, ocupando posição estratégica na matriz industrial portuguesa, era igualmente quase total por parte dos grandes grupos nacionais

O domínio estendia-se desde sectores básicos a sectores de rápida reposição do capital com os mais elevados índices de produtividade e margens de lucro.

Julgamos importante sublinhar, ainda que de modo genérico, os **seguintes factos**:

a) **os grandes grupos nacionais dominavam quase totalmente quatro dos mais importantes sectores industriais** quanto a níveis de produtividade, taxa de lucro e dotação tecnológica (**cerveja, tabacos, papel e cimento**);

b) **a penetração das multinacionais na indústria não era estratégica**, detendo porém posições importantes nalguns ramos da **indústria química e farmacêutica e na metalomecânica pesada (associação, fornecimento de tecnologia)**;

c) **controle pelos grandes grupos nacionais dos sectores fundamentais siderúrgico, químico e construção e reparação naval**;

d) **Na metalomecânica pesada** não se registava um domínio absoluto directo dos grandes grupos, ainda que os três principais (CUF, E. Santo e Champalimaud) ocupassem participação importante nas unidades fundamentais (Sorefame, Cometna, Maguque, Sepsa, Construtora Moderna e Efacec). A tendência era, porém, para uma intervenção crescente dos grandes grupos neste sector, de que o lançamento da Equimetal era o exemplo mais recente.

No sector financeiro, o verdadeiro coração do capitalismo português, a banca (e também os seguros) será o ponto de cruzamento dos monopólios. Todos os grandes grupos tinham (pelo menos) uma raiz no sistema financeiro donde sugam os meios para os projectos e manobras especulativas comandadas pelo grupo

Nos transportes marítimos, também a intervenção dos grupos era importante, nomeadamente do grupo CUF que dominava 60% do sector.

Como se processava tão elevado domínio sobre a economia portuguesa? Através do **grupo**, forma privilegiada de acção da grande burguesia nacional. **Cada família cada grupo**. Já referimos qual a tipologia da sua evolução, vamos agora dar uma rápida caracterização dos principais. Da chamada «**linha da frente**» que integrava os grupos **CUF, Espírito Santo e Champalimaud**. E dos **quatro restantes**, Português do Atlântico, Borges e Irmão, Nacional Ultramarino e Fonecas & Burnay que completavam o bloco dos **7 impérios do capitalismo português**.

Não iremos caracterizar, até porque não é objectivo deste artigo, **um segundo bloco composto por 14 grupos sem a complexidade e dimensão equiparável ao primeiro bloco**.

Destacamos apenas os grupos Pinto de Magalhães, Jorge de Brito, Sacor, Sonap, Sociedade Central de Cervejas e Mendes de Almeida que, se cruzavam, nomeadamente através da banca, com outros grupos. Quer com os do primeiro bloco quer com outros grupos de dimensão mais reduzida e de natureza mais marcadamente familiar (cerca de 30).

Também convirá referir que entre os 7 «magníficos» existem linhas de evolução diferenciadas quanto à importância do mercado interno e do mercado colonial. Enquanto as principais bases de crescimento dos grupos **CUF e Borges e Irmão assentaram no mercado interno**. Já quanto aos grupos **E. Santo e BNU o mercado e a implantação coloniais desempenharam papel importante**.

O quadro que a seguir se apresenta reflecte bem o poder dos grandes grupos financeiros (cfr. nosso artigo já referido e «Sociedades e Grupos em Portugal» de Belmira Martins). Eis alguns dos aspectos que se nos apresentam de maior interesse e que confirmam **as características apontadas para a tecnoestrutura dos grupos financeiros**:

1) Cerca de 300 empresas (vendendo mais de 30.000 contos/ano cada) estavam sob o domínio de 7 grupos;

2) Os 7 grupos detinham o controlo absoluto do sistema financeiro (80% da banca comercial e 55% do mercado segurador) a partir do qual, nos últimos anos, dominavam totalmente o sistema económico. **Naturalmente que quanto maior era o peso no sector bancário e segurador mais importantes. e numerosos eram os sectores económicos dominados. Era através dos bancos e seguradoras que os grandes grupos obtinham as fontes e as informações financeiras que lhes permitiam definir a sua estratégia de verticalização e diversificação de actividades**. Daí o verificar-se que, salvo uma ou outra excepção, **cada grupo criava o seu próprio sistema financeiro;**

3) Todos os sectores fundamentais, quer sob o ponto de vista estratégico quer de acumulação, estavam dominados pelos 7 grupos financeiros principais;

4) Os grandes grupos revelavam **uma intenção declarada de penetrar nos sectores de maior rentabilidade o que ocasionava que, tal como no sistema bancário, cada grupo aí dominasse uma unidade estratégica (nalguns casos em cooperação): celulose, cimentos, construção de máquinas e cervejas;**

5) **A importância do sistema bancário na lógica de movimentação dos grupos está igualmente comprovada na presença sistemática que os grandes grupos vinham a estabelecer, nos últimos anos, no sistema bancário das antigas colónias.** Todos tinham já no final de 1973 uma ligação neste sector, onde o BNU dominara durante décadas. A irradiação far-se-ia a partir deste ponto. **Esta possibilidade e a infiltração no sector bancário foram marcadamente apoiadas durante o marcelismo;**

6) **Os interesses coloniais dos grandes grupos estavam ligados à exploração de recursos agrícolas e minerais. A penetração e presença na indústria transformadora era naturalmente bastante reduzida;**

7) **As ligações ao capital estrangeiro não eram ainda significativas, embora a tecnocracia durante o marcelismo as tivesse promovido de modo apreciável. Regista-se que o Grupo CUF tinha, para a sua dimensão, articulações ainda relativamente escassas e diversificadas e que o Grupo Champalimaud não dispunha de qualquer ligação importante (embora a sua movimentação estivesse a orientar-se nesse sentido). Só os Grupos E. Santo e Burnay apresentavam ligações de forte intensidade. No primeiro caso ao capital americano; no segundo aos capitais belga e americano.**

A concluir esta breve passagem pela caracterização dos principais grupos financeiros refira-se que **em 1973:**

1) **Das dez maiores empresas industriais (produzindo no total cerca de 25 milhões de contos), as oito primeiras (Sacor, CUF, Siderurgia Nacional, Lisnave, C.P. Celulose, S.C. Cervejas, Tabaqueira, Cimentos de Leiria) pertenciam aos grandes grupos financeiros;**

2) **Mais de metade das empresas industriais que produziam anualmente mais de 500 mil contos pertenciam aos grandes grupos;**

3) **Das 7 principais empresas exportadoras para o estrangeiro 5 eram dominadas pelos grandes grupos (Diamantes de Angola, C.P. Celulose, Celbi, CUF).**

CAPITAL FINANCEIRO E CONCENTRAÇÃO

Toda esta movimentação a alta velocidade durante o período 1968-73 teve o seu motor no capital financeiro, reflectindo-se numa acção e domínio do mercado financeiro sem precedentes. Esta interdependência, ainda que existente nas fases anteriores do capitalismo português, intensifica-se durante o marcelismo. São diversos os instrumentos utilizados na captação de meios financeiros. ***O principal meio foi, sem dúvida, a banca comercial***

	<i>Carteira Comercial e Empréstimos</i>		<i>Depósitos à Ordem</i>		<i>Depósitos a Prazo</i>		<i>Capital e Reservas</i>	
	<i>1968</i>	<i>1973</i>	<i>1968</i>	<i>1973</i>	<i>1968</i>	<i>1973</i>	<i>1968</i>	<i>1973</i>
	1. Banco Espírito Santo							
milhões de contos	8,2	28,5	8,0	20,0	4,7	18,2	,8	1,9
% do total	8,2	13,0	8,9	11,1	11,3	12,4	,3	6,7
2. Banco P. Sotio Mayor								
milhões de contos	9,8	28,0	8,0	17,9	6,7	18,7	0,7	2,1
% do total	9,8	12,8	8,9	9,9	16,1	12,7	5,5	7,3
3. Banco Port. Atlântico								
milhões de contos	10,5	27,5	9,8	16,7	6,4	18,9	0,9	1,6
% do total	10,5	12,6	10,9	9,2	15,4	12,9	7,0	5,6
4. Banco Nac. Ultramarino								
milhões de contos	11,7	27,3	5,5	16,3	2,2	10,5	,9	1,6
% do total	11,7	12,5	6,1	9,0	5,3	7,1	7,0	5,6
5. Banco Totta e Açores								
milhões de contos	7,3	19,1	7,3	14,0	3,5	10,4	0,9	1,2
% do total	7,3	8,7	8,1	7,7	8,4	7,1	7,0	4,2
6. Banco Borges e Irmão								
milhões de contos	7,5	17,6	4,8	9,6	5,5	12,8	0,6	1,5
% do total	7,5	8,0	5,3	5,3	13,2	8,7	4,7	5,2
7. Banco Fonseca e Burnay								
milhões de contos	2,9	10,5	3,2	10,0	1,2	5,1	1,0	1,1
% do total	2,9	4,8	3,6	5,5	2,9	3,5	7,8	3,9
8. Pinto de Magalhães								
milhões de contos	2,1	8,0	1,7	5,0	1,5	5,2	0,1	0,6
% do total	2,1	3,7	1,9	2,8	3,6	3,5	0,8	2,1
<i>Total do Núcleo Monopolista</i>								
milhões de contos	60,0	166,5	48,3	109,5	31,7	99,8	5,9	11,6
% do total	59,8	76,1	53,7	60,5	76,2	67,9	46,1	40,8
<i>Monopolista</i>								
milhões de contos	60,0	166,5	48,3	109,5	31,7	99,8		
% do total	59,8	76,1	53,7	60,5	76,2	67,9		

Um segundo canal de que os grandes grupos se serviam para a mobilização de recursos financeiros era constituído pelas **empresas seguradoras**.

	<i>Prémios Seg. Directo</i>		<i>Prémios de Resseguro Aceite</i>	
	Milhares de contos	% total mercado nacional	Milhares de contos	% total mercado nacional
1. Tranquilidade (E. Santo)	663,2	10,3	189,8	18,3
2. Mundial e Confiança (Champalimaud)	935,1	14,6	96,2	9,3
3. Ourique (B.P.A.)	127,7	2,0	6,2	0,6
4. Fidelidade (BNU)	240,0	3,7	58,5	5,6
5. Império-Sagres-Universal (CUF)	1268,8	19,8	525,1	50,7
6. Atlas (Borges)	107,1	1,7	1,2	0,1
7. Seguradora Industrial (Burnay)	112,1	1,7	6,9	0,7
8. Grupo Segurador (P. de Magalhães)	325,6	5,1	13,0	1,3
Total (Núcleo Monopolista)	3.779,6	58,9	896,9	86,6

CAPITAL FINANCEIRO E ESPECULAÇÃO

Chegamos agora à *terceira componente* que projectou o desenvolvimento do capitalismo monopolista durante o marcelismo: a **especulação**

	1968	1973
1. Sociedades de Operações sobre Imóveis		
N.º Sociedades	409	960
Capital Social (1 000 contos)	1596	6881
Receita total (1 000 contos)	742	4248
Capital Social/sociedade (contos)	3902	7168
Receita/Sociedade (contos)	1814	4425
2. Hipotecas de Prédios		
Valor total (1 000 contos)	5788	30376
Valor Médio por Prédio (contos)	458	1498
3. Prédios Vendidos		
Valor total (1 000 contos)	9612	26842
Valor Médio por Prédio (contos)	68	150

Um facto incontroverso: a *ausência de uma estrutura empresarial intermédia* no capitalismo português

Das 43 principais sociedades imobiliárias (incluindo as ligadas ao turismo) 26 dependiam directamente dos principais grupos. Todos tinham em 1973 a sua imobiliária. Só o Grupo CUF levava 8 no activo.

	1968	1973
1. Títulos Transaccionados (Fundos Nacionais)		
Número (milhares)	2685	6617
Valor (1 000 contos)	1855	17439
Valor médio por título transaccionado (escudos)	691	2635
2. Capitais Emitidos por Sociedades Anónimas Metropo- litanas (1 000 contos)		
Por constituição de sociedades	858	4606
Por aumento de capital	1336	9479

Carteiras de Títulos e Cupões
(milhões de contos)

	1968	1973
1. Banco Espírito Santo	727	4319
2. Banco Pinto e Sotto Mayor	336	3449
3. Banco Português do Atlântico	342	1996
4. Banco Nacional Ultramarino	1060	4083
5. Banco Totta & Açores	501	1481
6. Banco Borges & Irmão	224	1292
7. Banco Fonecas & Burnay	1039	2348
8. Banco Pinto Magalhães	136	515
Total Núcleo Monopolista	4365	19483
Total Sistema Bancário	11948	34352

Enquanto quintuplicava a carteira de títulos dos principais bancos-monopolistas, o crédito concedido por estes bancos pouco mais do que duplicava, o que reflecte a distorção e o desvio de recursos para fins e estratégias que ultrapassavam o quadro do sistema bancário, para servir os monopólios. Isto para além de se verificar que uma parte significativa do crédito concedido se dirigia para as empresas dos próprios grupos.

A carteira de títulos dos fundos de investimentos mobiliários passa de 169 mil contos em 1970 para 6,8 milhões de contos em 1973. Em três anos aumenta 40 vezes!

Quanto às seguradoras, o seu papel foi igualmente importante. Quer porque através delas se fizeram alguns negócios que infringiam o «bom nome» dos bancos, quer porque permitiram uma vasta zona de cobertura de penetração na actividade económica, nomeadamente no sector dos serviços. **Papel de destaque para a intervenção especulativa e monopolista da Império**

	1968	1971	1973
Investimentos (1 000 contos)			
Companhias Nacionais	4884	7851	13665
Núcleo Monopolista	2814	5760	9062
Grupo ISU (CUF)	716	1721	3808
Grupo Mundial-Confiança- -Continental (Champalimaud)	575	859	1532

O núcleo de empresas controladas pelos grandes grupos passará a reter 66% do total dos investimentos das seguradoras nacionais, reforçando ainda mais os seus 58% de 1968

Era aqui que pretendíamos chegar. A especulação foi o instrumento utilizado pelos grandes grupos para realizar lucros especulativos fabulosos com os quais foram tapando a degradação económica das suas empresas. **O marcelismo favoreceu esse pequeno «milagre», que o 25 de Abril viria depois pôr a nú.**

Resultados em Operações de Cambiais e Títulos	1968		1973	
	Valor (1000 con- tos)	% da receita total do banco	Valor (1000 con- tos)	% da receita total do banco
Banco Espírito Santo	52	7,1	115	5,4
Banco Pinto e Sotto Mayor	54	7,8	300	12,0
Banco Português do Atlântico	45	6,5	219	10,4
Banco Nacional Ultramarino	57	5,9	217	8,7
Banco Totta e Açores	52	9,3	121	7,6
Banco Borges e Irmão	14	3,3	138	10,0
Banco Fonseca e Burnay	64	19,9	46	4,9
Banco Pinto de Magalhães	22	15,5	265	32,3
Total Núcleo Monopolista	360	8,0	1421	10,2

Confirmação do que atrás ficou dito. A especulação a ganhar uma importância decisiva nos resultados das instituições de crédito.

A especulação a ganhar uma importância decisiva nos resultados das instituições de crédito. **Em 1973 os ganhos especulativos deste núcleo (as operações sobre cambiais também fugirão daquilo que se poderá considerar como actividade**

normal de crédito numa economia não capitalista) sobem a 1,4 milhões de contos correspondendo a mais de 10% da receita total.

Repare-se no facto verdadeiramente anormal de 1/3 da receita do Pinto de Magalhães ter origem especulativa.

Os resultados (1,3 milhões de contos) do núcleo monopolista foram inferiores aos ganhos especulativos

Mas o que teria acontecido às seguradoras nacionais se não tivessem ocorrido 964 mil contos de receitas especulativas? E ao grupo monopolista, se não tivesse obtido 873 mil contos na especulação? **Deficits de 469 e de 536 mil contos respectivamente. A «grandeza» dos aparentes resultados disfarçando a «miséria» da especulação.**

A concluir este já longo artigo parece-nos, assim, de interesse apresentar uma pequena lista de empresas que **no ano da euforia do marcelismo (1973) apresentaram deficits contabilísticos corrigidos da especulação**. Talvez que se fique apenas com uma pálida ideia do que era o capitalismo português e da eficácia dos gestores que hoje regressam, pouco a pouco, às funções que haviam desempenhado nos grupos monopolistas. **Isto parece ser particularmente grave no sistema bancário onde a experiência e a competência de tais tecnocratas ficou bem demonstrada. Será que já se pensa em repor a máquina da especulação?**

<i>Empresas</i>	<i>Resultado Contabilístico (1000 contos)</i>	<i>Resultado Corrigido de Especulação (1000 contos)</i>
Banco Nacional Ultramarino	144	— 105
Banco Pinto e Sotto Mayor	119	— 248
Banco Pinto de Magalhães	86	— 205
Banco Português do Atlântico	124	— 124
Banco totta e Açores	109	— 32
Banco Comercial de Angola	50	— 39
BIP	76	— 42
Banco Espírito Santo	102	— 14
Banco F. Burnay	50	— 28
Banco Alentejo	28	— 9
Banco Ag. Viseense	04	— 26
Banco Agricultura	62	— 4
Sociedade Financeira Portuguesa	81	— 63

	<i>Resultado Contabi- listico (1000 contos)</i>	<i>Resultado Corrigido de Especulação (1000 contos)</i>
Comp. Seguros Império	130	— 453
Comp. Seguros Mundial	8	— 63
Comp. Seguros Bonança	47	— 15
Comp. Seguros Mutualidade	9	— 9
Comp. Seguros Nacional	3	— 11
Comp. Seguros Portugal Previdente	25	— 1
Comp. Seguros Seguradora Industrial	6	— 11
Comp. Seguros Soberana	4	— 9
Comp. Seguros Universal	23	— 9
Companhia União Fabril	132	— 125
Empresa de Cimentos Leiria	15	— 6
SONAP	59	— 28
TOTAL	1.496	— 1.679

Apenas um exemplo de como a fusão Estado-Monopólios-Capital-Financeiro-Especulação «transformaram» 1,7 milhões de contos de prejuízos em 1,5 milhões de contos de lucros

Principais Grupos Financeiros Portugueses — Linhas de Força

Grupos Referencias	CUF	E. Santo	Champalimaud	B. P. A.	Borges	BNU	Burnay
Empresas sob domínio	112	20	14	70	40	22	22
Participação no sistema bancário (cart. comercial)	10,6% (B.T.A)	15,1% (BESCL)	14,4% (BPSM)	13,2% (B.P.A.)	4% (B.B.I.)	11,8% (BNU)	5% (BFB)
Participação no mercado segurador	22% (Grupo ISU)	11,4% (Tranquilidade)	12,9% (Mundial-Confiança-Continental)	1,8% (Ourique)	1,5% (Atlas)	3,7% (Fidelidade)	1,6% (Seguradora Industrial)
Sectores Dominados ou sob Grande Influência	Pirites, óleos alimentares, química, celulose, tabacos, const. máq. const. máq. const. repar. naval, petroleos, metalom. pesada, transp. marítimos, supermercados	Cervejas, cimento, celulose, tabacos, const. máquinas, petroleos, artigos de borracha	Cimentos, siderurgia, celulose, const. máquinas, metalomec. pesada, minérios de ferro (Moncorvo) papel	petróleos, cimentos, celulose, publicidades-articulações indirectas na cerveja, vidro e imobiliário	artigos de borracha, textil, têxtil, filaria, pesca, matérias plásticas, impremsa, vinho do Porto	cimento, celulose, turismo transp. marítimos	auto-estradas, faianças, porcelanas, celulose, mat. eléctrico
Interesses nas antigas colónias	bancos, comércio, transp. marítimos	açúcar, café e petroleos, seguros, bancos	bancos, seguros cimentos, química	bancos, cervejas, algodão	bancos, petróleo, cervejas	bancos, seguros, agricultura, algodão açúcar, celulose, calu, expl. mineira	bancos (em ligação) diamantes
Ligação ao Capital estrangeiro	Billerd, Pedriney-U.K., R. Nolel, Ryn-Schelde-Vero-ne, Brocades, Ludlow, ICI	F. N. Kity Bank, Firestone, Schlumberger, Rockefeller, ITT, STAB, Interfood	(ligações em curso para América Latina)	W. Moreira Sales, Mitsui, Ytong, S. Gobain	G. Tire and Rubber	Launoit, Leon Levy Anglo-American Corp. int. dinamarqueses (Secil)	Soc. Gen. Belgique ITChrysler, CETEC, Westinghouse

50 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

ORDEM DOS ECONOMISTAS - JANTAR DEBATE 10.04.2024

MODELOS DE POLITICA ECONÓMICA NO PÓS 25 DE ABRIL (1974 -1977)

Américo Ramos dos Santos
(Professor Catedrático do ISEG-Aposentado)

A. CONSUMOS COLECTIVOS E CONTROLO DO PODER ECONÓMICO (*“ PROGRAMA DE POLITICA ECONÓMICA E SOCIAL” -PROGRAMA MFA/MELO ANTUNES - 3º GOVERNO PROVISÓRIO*)

A caracterização e até a própria denominação do modelo não é uma tarefa linear. Formulado durante um período de grande instabilidade política, ele não poderá deixar de conter elevada dose de compromisso e de ambiguidade.

Para analisar o modelo «Consumos Colectivos e Controlo do Poder Económico» temos que nos circunscrever ao ***Programa de Política Económica e Social, aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 1975.***

Em nosso entender, este Programa e as posições então defendidas publicamente por alguns dos seus principais redactores têm autonomia suficiente para uma caracterização isolada

Princípios

- Necessidade de proceder a um real processo de descolonização, com as consequências daí decorrentes. Redimensionamento do «espaço económico nacional». Eliminação do princípio do «espaço económico nacional integrado»;
- aplicação integral dos princípios fundamentais do *Programa do M.F.A.*, nomeadamente quanto à necessidade de levar à prática uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das classes mais desfavorecidas, através de uma estratégia anti-monopolista;

- Plano servirá de enquadramento e orientação do sector privado e será determinante e imperativo para o sector público;
- garantia do direito à propriedade privada e à livre iniciativa, segundo as regras específicas da economia de mercado;

Objectivos de Política Económica

- a) Garantir um elevado e estável nível de emprego;
- b) estabilizar o processo inflacionista e promover a sua progressiva redução;
- c) melhorar a distribuição do rendimento e do produto nacionais;
- d) atenuar o desequilíbrio das balanças comerciais e de pagamentos

Por outro lado, apontava-se a necessidade de assegurar o equilíbrio monetário-financeiro e de estimular a poupança.

Organização do Sistema Económico

Poder-se-á dizer que encontramos aqui **uma interpretação essencialmente reformista e assente em mecanismos de controlo, a reflectir as condições sociais e políticas então prevaletentes.**

Visava-se assim um **triplo controlo**: dos sectores básicos do aparelho produtivo, da exploração dos recursos naturais essenciais e dos sectores a funcionar em regime de monopólio por razões de ordem técnica.

No sector industrial a política de controlo far-se-ia através da aplicação da «**regra dos 51%**» nos seguintes sectores básicos: recursos minerais estratégicos e os susceptíveis de integração industrial vertical, extracção de petróleo bruto e de gás natural, siderurgia, refinação de petróleo e fabricação de óleos e lubrificantes, petroquímica, tabacos, armas e munições, produção, transporte e distribuição de electricidade.

Prioridades Sectoriais

A base material (*Programa de Política Económica e Social*) em que assenta o modelo em análise não expressa propriamente uma estratégia em termos sectoriais, onde seja possível identificar prioridades

Crítérios e Orientação do Investimento

Os critérios avançados para a selecção dos projectos (ver, por exemplo, pp. 54 e 55 do Programa) eram os seguintes: a) efeitos sobre o emprego; b) relação entre o capital investido e o aumento do produto; c) contribuição para o aumento da oferta de bens e serviços escassos ou essenciais; d) efeitos intersectoriais; e) consequências na balança de pagamentos.

Ao nível das infraestruturas, destacavam-se as seguintes orientações e projectos: **prosseguimento corrigido do projecto das auto-estradas**; abastecimento de água a Lisboa; programas intensivos de habitação; prolongamento da rede do metropolitano; renovação das frotas de autocarros de Lisboa e Porto e fluvial no Tejo; aumento de capacidade nos transportes suburbanos; nós de ligação aos portos, **incluindo já a linha de Sines**; ampliação dos actuais aeroportos, «**o novo aeroporto de Lisboa**» **continuava sob interrogação**; melhoria dos portos de Lisboa e Leixões, nomeadamente quanto a terminais de contentores e ligações rodo-ferroviárias; prosseguimento da construção das infraestruturas do projecto Sines; lançamento de zonas francas em Lisboa.

Relações Económicas Externas

O Modelo, como já antes referimos, mantinha uma premeditada prudência no domínio das relações económicas externas. Por um lado, não se punha em dúvida a aproximação à CEE. Mas por outro deixavam-se em aberto as perspectivas de diversificação que o 25 de Abril havia permitido. Quer na direcção dos países socialistas, quer na do 3.º Mundo.

B. AUTOCENTRAMENTO E INTERDEPENDÊNCIA (“PROGRAMA MFA/TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO” - 4º e 5º GOVERNOS PROVISÓRIOS)

Como já se referiu, este «modelo» terá prevalecido nas medidas e nas teses avançadas na vigência dos **IV e V Governos Provisórios**

Todavia, ao contrário dos restantes modelos, não é possível identificar (com excepção do *Programa do V Governo Provisório*) um texto fundamental

Neste sentido, é de considerar essencialmente três peças para ensaiar uma caracterização do «Autocentramento e Interdependência»: a) o conjunto de programas de política económica aprovados (15 de Abril de 1975) no arranque do IV G. P.; b) os diferentes documentos preparados no então Ministério do Planeamento e Coordenação Económica e nas declarações, escritas e orais, do seu responsável; c) o *Programa do V Governo Provisório*, como texto consolidado da prática governamental anterior e da estratégia mais corrente então esboçada.

Política Económica numa Sociedade em Transição e no artigo «A Tentativa de Transição para o Socialismo em Portugal»:

- a) O objectivo a atingir é a construção de uma sociedade socialista:
- b) a construção do socialismo exige um bloco social de apoio estável, a integrar fundamentalmente pelas classes trabalhadoras, intelectuais, pequenos agricultores, industriais e comerciantes
- c) a Estratégia de Desenvolvimento deverá mobilizar os recursos nacionais para a satisfação das necessidades colectivas essenciais e atacar, através da preponderância do Plano, os factores de crise;
- d) a Estratégia de Desenvolvimento deverá fornecer o quadro geral da política económica de curto prazo e a opção global que deverá orientar a preparação e execução do Plano Económico de Transição;
- e) reconhece-se o papel positivo que o investimento estrangeiro poderá desempenhar, desde que em «termos compatíveis com a independência nacional», o que deverá ser expresso num código de Investimento Estrangeiro;
- f) os trabalhadores têm reconhecido o direito ao controlo organizado da produção, o que implica o empenhamento eficaz da classe trabalhadora no processo produtivo com vista ao aproveitamento máximo dos recursos nacionais, sem prejuízo da gestão das empresas;
- g) o processo de desenvolvimento deverá ser acompanhado por um intenso esforço de mobilização local.

Objectivos de Política Económica

Quanto aos objectivos estratégicos a médio prazo apontavam-se:

- a) redução do desemprego visando o pleno emprego dos recursos humanos;
- b) equilíbrio externo;
- c) salvaguarda da independência nacional, nomeadamente através de uma política externa diversificada.

No que respeita aos objectivos subjacentes à política de estabilização e austeridade afirmava-se:

- a) a necessidade de limitar o agravamento tendencial do desequilíbrio da balança de pagamentos;
- b) o imperativo de eliminar progressivamente factores de consumo inadaptados às possibilidades da economia;

e) necessidade de orientar para o investimento recursos monetários excedentários.

Quanto à política de austeridade os principais vectores eram:

a) política de rendimentos. Para os rendimentos salariais fixavam-se como critérios as possibilidades reais da economia nacional, sectores e empresas, o agravamento do custo de vida e as distorções salariais. Para os outros rendimentos, fixavam-se limites à distribuição de lucros e à remuneração de suprimentos e agravamentos da tributação directa respectiva;

b) a restrição ao consumo de bens não essenciais, nomeadamente através do recurso a medidas de controlo directo;

c) a poupança de energia, a austeridade no sector público e determinadas medidas «moralizadoras».

Organização do Sistema Económico

a) Predomínio do Planeamento Democrático como instrumento de orientação e coordenação do funcionamento da economia;

b) «forte coordenação central de decisões-chave» (nomeadamente financiamento, preços, comércio externo, programação e gestão dos grandes projectos de investimento), acompanhada de descentralização e desconcentração sectorial e regional progressivas;

c) crescente intervenção das comissões de trabalhadores, sindicatos, cooperativas, associações de p.m.e. na organização e gestão do aparelho produtivo;

d) o processo de socialização dos meios de produção exige a nacionalização dos sectores básicos da economia e a implantação da reforma agrária;

e) consideravam-se como sectores susceptíveis de intervenção do Estado:

– os sectores de que depende a satisfação de necessidades colectivas, designadamente produção e comercialização de bens alimentares essenciais, habitação social, saúde e educação;

– sectores básicos da economia (posição estratégica e relações importantes intersectoriais), nomeadamente recursos naturais e minerais básicos e seu aproveitamento, latifúndios, sectores industriais básicos, grandes empresas da construção civil, grandes operadores de transportes e comunicações e principais operadores da distribuição e comercialização. Envolvendo a nacionalização dos meios de produção de interesse nacional;

f) as modalidades de intervenção seriam a nacionalização, a participação maioritária no capital, controlo de programas de actividade e intervenção ao abrigo do D.L. n.º 660/74 e legislação complementar;

g) conclusão do processo de nacionalizações, continuação da reforma agrária, delimitação dos sectores onde a iniciativa privada se poderá desenvolver (por exclusão dos sectores de intervenção do Estado e da não integração na estratégia de desenvolvimento) e definição de esquemas de apoio e garantias ao sector privado;

h) o apoio ao sector privado privilegiaria o pequeno e médio agricultor, através nomeadamente de acções nos domínios da garantia de preços, escoamento e apoio técnico e financeiro. O apoio aos pequenos e médios industriais far-se-ia basicamente através do reforço das acções do IAPMEI. Ao pequeno e médio comerciante mediante apoios financeiros e técnicos visando nomeadamente formas de associação;

i) papel importante para o cooperativismo, não como sistema socioeconómico independente, mas como forma de organização a integrar nos planos de desenvolvimento;

j) a garantia do direito ao controlo organizado da produção será executada através de estruturas autónomas em ligação com as comissões de trabalhadores e organizações sindicais. Será dada prioridade à criação de tais estruturas nos sectores nacionalizados e em crise;

l) criação de empresas públicas de abastecimento de produtos alimentares essenciais, de empresas públicas de comércio externo em sectores prioritários, nomeadamente sectores em crise mais dependentes da exportação;

m) nacionalização das grandes instituições particulares de saúde e sua integração no futuro Serviço Nacional de Saúde e criação da ENATUR;

n) reorganização dos sectores bancário e segurador e sua articulação com a política económica e o sistema de planeamento;

o) criação do Instituto de Investimento Estrangeiro como órgão central de aplicação e controlo do Código do Investimento Estrangeiro;

p) fortalecimento do Instituto das Participações do Estado, nomeadamente através da publicação do Estatuto do Gestor Público e das Bases Gerais das Empresas Públicas;

q) lançamento da orgânica nacional de planeamento mediante a criação dos Departamentos Sectoriais e Regionais de Planeamento, o reforço do Departamento Central de Planeamento e constituição das Comissões de Planeamento, Financiamento, Comércio Externo, Ciência e Tecnologia, Consumo e Nível de Vida, Rendimentos e Redistribuição e Demografia e Recursos Humanos;

r) aceleração do processo de descentralização regional, visando a mobilização local para o desenvolvimento, para o que seriam lançadas estruturas dotadas de relativa autonomia, em articulação com a definição das regiões-plano: Juntas de Administração e Desenvolvimento Regional do Algarve, Açores, Madeira, Norte, Centro e Sul.

Prioridades Sectoriais

Em termos globais a prioridade ia para a agricultura e aproveitamento dos recursos naturais. A utilização destes recursos visaria nomeadamente o seu máximo aproveitamento industrial. No plano industrial apontava-se para a «consolidação de uma estrutura industrial básica de controlo nacional». Expressava-se igualmente a intenção de reduzir a dependência tecnológica através do desenvolvimento da tecnologia autónoma. A hierarquia a estabelecer a nível sectorial deveria reflectir a prioridade absoluta a médio e longo prazos ao emprego

produtivo e às políticas de valorização (saúde/educação) dos recursos humanos. O objectivo no domínio do emprego era assegurar uma taxa de crescimento médio anual de 1,5 a 2% num horizonte de 4 a 5 anos. A agricultura deveria ocupar um lugar-chave triplo na estratégia de desenvolvimento: a) atenuar as pressões no emprego; b) alterar o modo de vida da população, quer através da aproximação entre o mundo rural e o mundo urbano-industrial quer pela sua influência no nível alimentar dos grupos *mais* desfavorecidos; c) reduzir a dependência alimentar e assim contribuir para a melhoria da balança de transacções correntes. Assim, defendia-se (ver «Notas sobre o P.E.T.» in *Política Económica numa Sociedade em Transição* de M. Murteira) que o produto agrícola deveria crescer a uma taxa média de 3% (crescimento mais lento da produtividade) e nunca inferior a 2%.

Também os sectores da construção e transportes, pela sua posição na construção de infraestruturas, detinham prioridade elevada com ritmos de crescimento entre 7 e 8%.

O nível de expansão global estaria assim dependente do dinamismo do sector industrial, já que a prioridade à agricultura e ao emprego não permitiria por si, a obtenção de um ritmo elevado de expansão do P.I.B.

Eram as medidas de «Apoio à Produção Nacional e ao Emprego» que se articulavam com o «**Programa Nacional de Emprego**» e com os objectivos de satisfação de necessidades essenciais e de reequilíbrio externo.

A prioridade à agricultura. O desenvolvimento dos recursos nacionais radiciaria também no arranque do Programa de Desenvolvimento das Pescas, do Programa Integrado de Aproveitamento das Pirites e do Plano Siderúrgico Nacional e visaria de igual modo a criação de uma estrutura industrial integrada e articulada com o sector primário.

Critérios e Orientação do Investimento

Todavia, a tendência existente para uma estratégia intermédia entre a Estratégia A (prioridade absoluta ao Emprego) e a Estratégia B (prioridade absoluta à Balança de Pagamentos), permite afirmar, a partir de documentos então preparados no MPCE, que **os critérios seriam basicamente os seguintes:**

«Necessidades de produção do sector em que se insere o projecto, de acordo com o planeado»;

– «Empreendimentos ou técnicas que utilizem predominantemente o factor trabalho»

«Empreendimentos ou técnicas que melhores efeitos produzam na balança de pagamentos»

A estratégia A fixava um crescimento anual de 1,4% para o emprego e a estratégia B 0,1%.

Quanto à orientação do investimento em termos sectoriais, ela reflectiria as prioridades sectoriais estratégicas. A prioridade à agricultura conduzia, desde logo, à

enumeração de alguns projectos considerados de forte impacto no sector: Barragem do Alqueva, Rede Nacional do Frio, Açude de Coimbra, introdução de culturas industriais (beterraba, tabaco e algodão), Complexo do Cachão, projectos integrados da Cova da Beira e Bacia do Mondego, mercados abastecedores do Porto e Funchal, armazém de batata de semente em Montalegre, silos de Alcains, Portalegre, Pavia, Horta, Angra e Ponta Delgada, Central Leiteira e Matadouro de Beja, melhoramentos nos matadouros do Seixal, Leiria, Lisboa, Coimbra, Almada, Estremoz e Évora entre outros e alargamento significativo da capacidade de armazenamento da J.N.V.

No sector industrial, as prioridades em matéria de investimento iriam de imediato para o Aproveitamento das Pirites, Plano Siderúrgico Nacional, Programas de Expansão dos

Sectores Nacionalizados e Programa de Parques Industriais. O Projecto de Sines, seria adaptado.

Relações Económicas Externas

A política de relações económicas externas deveria estar fortemente ligada à política económica e submetida ao objectivo prioritária «salvaguarda da independência nacional»

C. «NECESSIDADES BÁSICAS, INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COEXISTÊNCIA CONCORRENCIAL»(PROGRAMA I GOVERNO CONSTITUCIONAL/PLANO 77/80-PLANO MANUELA SILVA)

Como já se referiu, este modelo está de algum modo subjacente aos principais documentos programáticos do I Governo Constitucional. O texto fundamental, todavia, será o *Plano 77/80*.

Primeiro Plano de Médio Prazo a ser elaborado após o 25 de Abril – constituem a expressão do compromisso e das contradições existentes no seio dos órgãos do poder, nomeadamente no quadrado Primeiro-Ministro, Ministério do Plano e Coordenação Económica, Ministério das Finanças e Banco de Portugal.

Princípios

- a) O projecto de sociedade a prosseguir (correspondente a uma «leitura» da Constituição) deverá permitir a cada português ver «garantidas condições de satisfação efectiva das suas necessidades básicas e do

exercício do direito ao trabalho produtivo, remunerador e livremente escolhido

- b)** Não sendo claro qual o bloco social de apoio susceptível de suportar o modelo, afirmava-se todavia que a prioridade quanto à melhoria do nível de satisfação das necessidades básicas se orientava para as classes mais desfavorecidas
- c)** Estratégia de Desenvolvimento terá como objectivo imediato principal o aumento da produção nacional, para o que se exigiria o aproveitamento dos recursos humanos e materiais por explorar ou subutilizados, a utilização máxima da capacidade produtiva instalada, a melhoria do nível geral de produtividade.
- d)** O lançamento de novos projectos orientar-se-ia fundamentalmente para os sectores de produção de bens alimentares, indústria ligeira orientada para o mercado interno, nomeadamente na substituição de importações, e indústrias orientadas fundamentalmente para a exportação completando a estrutura industrial em sectores de base.
- e)** Os sectores de propriedade social são os fixados na Constituição.
- f)** As formas de intervenção dos trabalhadores na vida económica e social, conforme impõe a Constituição, não se encontravam expressamente referidas e limitavam-se a uma intervenção no quadro do sistema de planeamento
- g)** No que respeita ao envolvimento das populações no «modelo», ele processar-se-ia fundamentalmente através da orgânica do planeamento e da «organização descentralizada a nível territorial».
- h)** O Plano e o processo de planeamento são o «modo de organização efectiva e de orientação do sistema socioeconómico e não como um simples quadro de racionalização de decisões e de ajustamento dos equilíbrios macro-económicos».
- i)** Quanto às relações com o exterior o «modelo», ainda que nem sempre de um modo muito claro, subordina-se ao imperativo da adesão à CEE.
- j)** Abertura quase total ao investimento estrangeiro através de um Código de Investimentos dos mais liberais em todo o mundo

Objectivos de Política Económica

Os objectivos de médio prazo (*Plano 77/80*), e são aqueles que neste tipo de trabalho mais nos interessam, eram os seguintes:

- a) satisfação das necessidades básicas da população e a redução das desigualdades verificadas em relação aos estratos economicamente desfavorecidos;
- b) absorção progressiva do desemprego;
- c) redução do desequilíbrio económico face ao exterior;
- d) correcção das injustiças relativas no domínio da repartição do rendimento e dos desequilíbrios regionais;
- e) preparação da adesão à Comunidade Europeia

Os objectivos de satisfação das necessidades básicas, absorção progressiva do desemprego e correcção das injustiças na repartição e dos desequilíbrios regionais estariam condicionados pelos objectivos de redução do desequilíbrio com o exterior e preparação da adesão à Comunidade Europeia.

Eram consideradas necessidades básicas: alimentação, habitação, saúde, educação, segurança social, acesso aos transportes e comunicações, acesso à cultura, informação e à intervenção social

Os objectivos da política de estabilização, eram os seguintes:

- a) redução do défice da balança de transacções correntes. Nesta linha, o *Plano 77/80* passava o défice de 5,4% da despesa interna em 1977 para 3,1% em 1980. Por sua vez, a taxa de cobertura passaria de 7% em 1976 para 54,6% em 1980;
- b) controlo da inflação. Fixava-se uma taxa média de 17% para o período de 1977-80;
- c) redução do défice orçamental. O défice orçamental deveria baixar de 3,1% da despesa interna em 1977 para 0,7% em 1980.

Organização do Sistema Económico

Ao Plano é atribuído papel fundamental como «modo de organização efectiva e de orientação do sistema socioeconómico».

O Plano, sendo flexível, será imperativo para todo o sector público e de orientação e enquadramento para o sector privado.

A Lei do Sector Público/Sector Privado e a política de desintervenção sistemática (em mais de 90% dos casos as empresas foram entregues aos antigos patrões quando a lei aplicável admitia mais quatro alternativas) apontavam para a redução do sector público empresarial para o sector das infraestruturas de transportes e comunicações e para um restrito número de indústrias de controlo exclusivo. **Tudo o resto, mais de 40 sectores, ficaram totalmente livres ao acesso do capital**

privado. Este poderá ainda vir a assumir a gestão de algumas das mais importantes empresas nacionalizadas.

A Lei das Indemnizações concederá ao grande capital privado os meios de acesso aos principais projectos de investimento. Acesso pela Lei do Sector Público/Sector Privado.

A Lei da Reforma Agrária, ignorando pura e simplesmente a opinião dos directamente interessados, visa a inversão das relações de produção que se vinham a estabelecer nos campos, de modo a criar estruturas fundiárias e relações de produção enquadráveis nas exigências decorrentes da adesão à CEE.

A Lei da Reforma Agrária (a célebre Lei Barreto) , ignorando pura e simplesmente a opinião dos directamente interessados, visa a inversão das relações de produção que se vinham a estabelecer nos campos, de modo a criar estruturas fundiárias e relações de produção enquadráveis nas exigências decorrentes da adesão à CEE.

Prioridades Sectoriais

Todavia, convirá sublinhar que entre a estratégia global e as estratégias sectoriais nem sempre se observa uma correspondência total. O caso mais flagrante respeita a certas divergências entre a estratégia global e a estratégia a nível da indústria.

O «modelo» considera dois limites à definição de prioridades sectoriais. Por um lado, a médio prazo, a satisfação das necessidades básicas do povo português. Por outro, a prazo mais dilatado, a necessidade de modernizar a estrutura produtiva. Limites que exprimiam as contradições existentes entre a consolidação de novas estruturas e o processo acelerativo decorrente da adesão à CEE

As orientações e prioridades a nível sectorial presentes no Plano 77/80 desenvolviam-se nos seguintes sectores:

a) «desenvolver a agricultura, silvicultura, pecuária, pesca e actividades conexas». Este vector corresponderá basicamente à necessidade de elevar o nível alimentar da população. Visava-se uma actuação integrada: indústrias fornecedoras de *inputs* – produção – distribuição – indústrias alimentares.

A agricultura, pesca e indústria extractiva deveriam crescer a uma taxa de 2,5%. A produtividade igualmente a 2,5% já que se fixava a estabilização do emprego;

b) «inserir numa nova lógica o sector moderno da indústria predominantemente voltado para a exportação». Essa lógica seria a da obtenção de meios de pagamento sobre o exterior visando a redução da dependência económica e a sua integração na estrutura produtiva global. A expansão deste sector que inclui a construção e reparação naval, químicas de base, metalomecânica de ponta, material eléctrico e electrónico e pasta para papel ficaria condicionada aos objectivos globais.

As indústrias químicas e derivados de petróleo cresceriam 14,3% (produtividade 14,3%), a metalurgia, químicas e material de transporte a 9,8% (produtividade 6%);

c) «avaliar e reestruturar os sectores tradicionais de exportação». Estes sectores que integram os vinhos, conservas, cortiças e derivados têxteis, vestuário e calçado seriam objecto de acções a curto e a médio prazo. A curto prazo pretendia-se evitar a degradação das unidades produtivas, a obtenção de divisas e a manutenção do emprego, evitando-se portanto processos de reorganização acelerada. A prazo mais dilatado tratar-se-ia de ganhar competitividade internacional, adaptar às necessidades do mercado interno e reorientar produções. O produto e a produtividade cresceriam a ritmos iguais, admitindo-se assim a estabilidade de emprego nestes sectores.

d) «dinamizar as indústrias transformadoras susceptíveis de viabilidade económica predominantemente orientadas para o mercado interno». Estes sectores constituiriam elemento básico na satisfação das necessidades básicas, na substituição de importações e na criação de empregos. Incluía os seguintes sectores: papel e tipografia, borracha, química geral, metais não ferrosos, metalomecânica, material eléctrico, material de transporte, máquinas, parte das indústrias alimentares e indústrias ligadas à construção civil;

e) «desenvolver os sectores de construção de infraestruturas, habitação e equipamentos sociais», donde se esperava lançar forte impulso nas indústrias ligadas a materiais de construção, ferro e aço, cimento, cerâmica, vidro, madeira, cortiça, etc. Satisfazer necessidades básicas mais prementes e absorver o desemprego são objectivos fundamentais para estes sectores. O mesmo se dirá de um equilibrado desenvolvimento regional.

O sector da construção cresceria a 14,1% (produtividade 5%) e a electricidade a 8,5% (produtividade 8,5 %);

f) «desenvolver os transportes públicos de passageiros e mercadorias». Acesso ao transporte, apoio à produção e equilíbrio regional apareciam como objectivos. O crescimento dos transportes situar-se-ia a 3,2%

Critérios e Orientação do Investimento

Quanto aos *critérios de avaliação e selecção de projectos*, ainda que não referenciados expressamente, poderemos avançar os seguintes:

- a) contributo para a satisfação de necessidades essenciais;
- b) efeitos no emprego;
- c) produção de bens essenciais, nomeadamente em processos de substituição de importações;
- d) recurso a tecnologias não capital-intensivos;
- e) incremento da competitividade dos sectores exportadores.

O investimento no sector produtivo cresceria a 15%, ficando assegurado o prosseguimento dos grandes projectos em curso, caso do projecto de Sines.

No sector agrícola o investimento deveria ser orientado na melhoria da produtividade da terra, na introdução de novas culturas, na intensificação da produção de cereais, forragens e pecuária.

O sector agro-industrial concentraria prioridades. O projecto da cultura e transformação da beterraba ocuparia papel de relevo.

A exploração e transformação mais intensiva de recursos silvícolas visaria projectos na **pasta para papel, madeira e mobiliário**.

O lançamento de projectos de exploração integrada de recursos minerais, constituiria elemento fundamental. **Dois projectos teriam lugar de destaque: o Plano Siderúrgico Nacional** (minérios de Moncorvo) e o **projecto de aproveitamento integral das pirites**. O urânio e o volfrâmio concentrariam igualmente intenções de investimento.

Na indústria extractiva os investimentos montariam a 5,6 milhões de contos, dos quais 4,2 milhões destinar-se-iam ao projecto Moncorvo. O projecto das pirites arrancaria no limiar dos anos 80.

O desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de equipamento e de bens intermédios, assente nomeadamente em processos de substituição de importações, conduziria a privilegiar projectos nos sectores metalomecânica pesada, máquinas agrícolas (tractores sob interrogação), equipamentos eléctricos e a gás, química de base (petroquímica), adubos e metalomecânica ligeira. Conclusão dos projectos das cimenteiras.

Alguns projectos industriais destinados à produção de bens de consumo eram igualmente referenciados: electrodomésticos, motociclos, automóveis, fabricação de açúcar de beterraba, produtos farmacêuticos e equipamento médico-hospitalar e escolar, produtos de borracha e plástico.

Os projectos em curso no sector moderno da indústria voltado para o mercado externo prosseguiriam: refinação de petróleo, química de base, construção e reparação naval. No sector energético, previa-se um investimento de 44 milhões de contos para a EDP e de 24 milhões de contos para a Petrogal. O projecto nuclear seria acelerado a partir de 1978 e o projecto de Sines concluir-se-ia. Agueira, Alqueva, Carregado, Barreiro e Setúbal seriam intensificados.

Relações Económicas Externas

O modelo apresentava aqui um dos seus elos fracos

Para além das contradições evidenciadas entre a estratégia económica interna e a estratégia política de adesão à CEE, a estratégia interna não se encontrava articulada com uma estratégia de relações económicas externas.

A adesão era colocada no horizonte dos anos 80. Todavia, o *Plano 77/80* ao deixar a avaliação dos efeitos da adesão para depois de 1980, afirmava de modo claro: «só as negociações permitirão fixar os prazos e as condições de adesão»

Quanto ao investimento estrangeiro o liberalismo do novo Código apresentava-se contraditório com a intenção expressa no *Plano 77/80*: «dar-se-á preferência aos (investimentos estrangeiros) que integrem conhecimentos tecnológicos avançados e condições de transferência de tecnologia desejáveis, bem como os que produzem efeitos positivos nas relações económicas com o exterior».

OS ECONOMISTAS, A DEMOCRACIA E O INTERESSE NACIONAL (Jornal Expresso 21.12.2002)

Américo Ramos dos Santos (Professor Catedrático do ISEG/UTL)

1. O economista (em sentido amplo, incluindo gestores) é uma invenção do século XX. Embora a ciência económica tenha as suas raízes modernas duzentos anos antes, foi no século passado, e em particular, a partir da 2ª Grande Guerra, que esta profissão ganhou autonomia e prestígio. É, portanto, uma profissão bastante recente, mas que rapidamente se expandiu e passou a ter uma influência decisiva na vida das Nações. Essa influência é exercida não somente a nível interno mas igualmente através de

instituições internacionais, como a Comissão Europeia, o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, que começam a ter um domínio excessivo sobre a economia e as sociedades.

2. Em primeiro lugar, porque conduzem os indivíduos, as Nações e a Humanidade a colocar a dimensão económica como dominante, perante as outras dimensões da vida, como sejam a política, a social ou a cultural. Vejam-se os completos desastres registados em África e na América Latina. Desastres que têm a sua origem na aplicação de soluções únicas para problemas diferentes, o que em ciência é conhecido por “erro primário”. As reflexões de Paul Samuelson e J. Stiglitz são elucidativas deste tipo de erro, de que o FMI é paradigma. A construção da democracia nas regiões em desenvolvimento poderá estar em perigo se a Economia, condição necessária, se tornar também na condição suficiente do desenvolvimento dos povos e da democracia. Mas também Bruxelas é acusada de ter (com honrosas exceções) uma profunda ignorância da realidade dos Estados-membro, o que a 25 se poderá tornar caótico, se não se observarem transformações profundas na direcção e lógica de funcionamento da Comissão Europeia.
3. Em segundo lugar, porque a formação e a experiência vivida de uma larga maioria de economistas vem sendo apertada em bandas cada vez mais estreitas. Faço parte de uma das gerações que tiveram o raro privilégio de ter na antiga escola do Quelhas (ISCEF), um conjunto excepcional de Professores, casos de Pinto Barbosa, Pereira de Moura, Jacinto Nunes, Bento Murteira ou Teixeira Pinto. Foram professores de “banda larga” que nos ensinavam Teoria Económica, mas também as coisas simples e complexas da vida económica e social e principalmente uma “visão” de cidadania e uma aproximação científica e pragmática para enfrentar a realidade. Aprendemos a identificar problemas concretos e respectivas soluções. Recordo por exemplo, a disciplina de “História das Doutrinas Económicas e Sociais”, leccionada pelos Profs. Teixeira Pinto e Borges Macedo que nos ensinaram coisas tão dispares como as Histórias das Religiões e das Culturas. Diziam estes Mestres que um economista sem bases culturais não passava de um calculador de “Deves e Haveres” e de défices, acrescentarei eu.
Neste meu último artigo na “Riqueza das Nações” não posso deixar de lhes prestar a minha homenagem e de exprimir o meu obrigado, no que serei, certamente, recordado, por muitas gerações que passaram por “Económicas”.
O estreitamento da base de formação dos Economistas é universal e tendo dado origem a grande polémica, que em Portugal tem sido praticamente ignorada. É consensual a existência de um apreciável abismo entre a qualidade e diversidade da sua formação e as responsabilidades a que são chamados os economistas. E o mais preocupante é a arrogância, normalmente contravalor da ignorância, com que essas responsabilidades são exercidas, com manifesto desprezo pela audição e opinião de outras “visões” e formações. A esta evolução não poderão ser alheios os conteúdos, qualidade e tipos de ensino. E nisso todos os que estamos ligados ao sistema de ensino teremos a nossa quota parte de responsabilidades.
4. Uma das consequências desta evolução é a tendência para uma larga faixa de economistas inebriarem a opinião pública com a ideia de que o mercado é a salvação das economias e das sociedades, sobrepondo-se a todas outras dimensões da realidade, mais uma vez confundindo a condição necessária com a suficiente. Ainda há pouco tempo num dos canais da TV portuguesa assistimos a um triste espectáculo,

em que os participantes, nem todos economistas, exprimiram a ideia espantosa de que o interesse nacional se deve subordinar, ao mercado em nome da eficiência e da competitividade.

Tal asserção é perigosa. Efectivamente, o mercado, é hoje cada vez mais uma abstracção que reveste várias formas. Aquela que garante maiores excedentes para produtores e consumidores, ou seja a concorrência perfeita, é uma espécie em vias de extinção. Restam as outras formas (concorrência monopolística, oligopólios, monopólios), em que a eficiência e os excedentes têm distribuições assimétricas. Até porque a informação sobre os mercados é assimétrica e isso determina quem ganha com o “jogo”. Para que o “jogo” e seus resultados sejam equilibrados tem de entrar em cena o agente regulador (Estado), a quem afinal compete defender o interesse nacional. Ou seja, não se pode aceitar que uma abstracção possa submeter a vontade e os interesses de algo tão concreto como são os seus vivos. Não se pode passar de um Estado omnipresente e ineficiente para um Estado espectador, iníquo e também ineficiente. Estado não é sinónimo automático de desperdício e ineficácia, basta olhar para a administração pública da Holanda. Mercado não é sinónimo obrigatório de alta produtividade e boa afectação e gestão de recursos. Há muito que a realidade nos aponta para modelos mistos e equilibrados. Modelos que precisam de economistas abertos à realidade com uma formação mais abrangente nas áreas da sociologia, sistemas de informação, psicologia, com mais matemática aplicada e econometria e métodos de apoio à decisão e menos matemática dita “pura” ou ainda de análise sistémica e prospectiva.

Os economistas poderão continuar a ter um papel importante na vida das futuras gerações. Precisam, porém, de ser mais cultos, informados e dialogantes e ter menos poder e arrogância. É assim que pensa este economista com quase 40 anos de vida profissional, que acredita que a economia não precisa de esquecer a sua essência social para ser considerada uma ciência.